


Não devo fazer IRS Automático

- **Saiba porquê:**
- **Despesas com arrendamento de imóveis:** caso o senhorio se esqueça de declarar o valor das rendas, podemos optar por preencher de forma manual o valor da renda paga ao longo do ano no **anexo H – Q6**
- **Declarar juros de contas poupança, certificados de aforro, tesouro...**
- Os juros recebidos são sujeitos a taxas liberatórias, mais concretamente a 28% na maioria dos casos, e por isso, não é obrigatório declarar em IRS
- Mas em certas situações pode compensar **ENGLOBAR**, ou seja, juntar aos nossos outros rendimentos e fica sujeito às regras gerais.



Ao preencher a declaração de IRS referente aos **rendimentos obtidos no ano anterior**, os contribuintes que queiram optar pelo IRS Jovem devem fazer essa opção no preenchimento dos **quadros 4A e 4F do anexo A**.


Atenção: se optar pelo IRS automático não pode fazer esta opção.



Quadro 4A – Rendimentos do Trabalho Dependente e/ou Pensões Obtidos em Território Português

- Caso os campos não estejam já pré-preenchidos, clique em “Adicionar linha”.
- No campo “NIF da entidade pagadora”, indique o número de identificação fiscal (NIF) que lhe pagou os rendimentos.
- No campo “Código dos Rendimentos”, onde se faz a opção pelo IRS Jovem, deve selecionar a opção “417 – rendimentos do trabalho dependente, compreendendo subsídios de férias e de Natal, incluindo a parte isenta dos mesmos – Regime previsto no artigo 2.º-B do Código do IRS – anos de 2020 e seguintes”.

Mónica Davidho - IRS D

- 
- Em “Titular”, selecione o seu número de identificação fiscal e em “Rendimentos” indique os rendimentos recebidos no último ano.
 - No campo “Retenções na Fonte” deve indicar as retenções na fonte de IRS efetuadas pela entidade pagadora.
 - Em “Contribuições”, coloque as contribuições para a Segurança Social.
 - Se for o caso, no campo “Quotizações Sindicais”, indique os valores pagos a sindicatos.

► Incidência Real ou Objetiva- Incide sobre o valor anual das categorias

Anexo A – Trabalho Dependente
art.2º do CIRS

Anexo B - Rendimentos profissionais ou empresariais
art.3º do CIRS.

Categoria E - Rendimentos de capitais
art.5º do CIRS

Categoria F - Rendimentos Prediais
Art 8º do CIRS

Categoria G – Incrementos Patrimoniais
art. 9º do CIRS,

Categoria H – Rendimentos de Pensões
art. 11º do CIRS

Categoria A

Rendimento do Trabalho Dependente



Rendimentos Não Tributáveis IRS

Subsídios de desemprego e outros apoios sociais

Subsídios de refeição(até aos limites publicados em OE)

Subsídios de doença

Subsídios atribuídos a Bombeiros Voluntários,

Entre Outros ...

Deduções Categoria A

(Art.25)

Deduzem-se aos rendimentos brutos de Categoria A os seguintes montantes :

72% de doze vezes o valor do IAS – atualmente 4104,00€

Este montante pode ser aumentado em mais 171,00€ se o sujeito passivo pagar quotas para ordens profissionais de inscrição obrigatória.
(p.ex: médicos, advogados, contabilistas, etc)

Estes profissionais só podem deduzir os 171,00€ se a atividade for desenvolvida **exclusivamente** por conta de outrem

Deduções Categoria A (Art.25)

Se o valor das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para **subsistemas legais de saúde for superior** a qualquer um dos limites anteriores, o contribuinte pode deduzir o montante total dessas contribuições;

As indemnizações pagas pelo trabalhador à sua entidade patronal por rescisão unilateral do contrato individual de trabalho sem aviso prévio;

As **quotizações sindicais**, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios de saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, **1 % do rendimento bruto** desta categoria.

Deduções Categoria A - Profissão desgaste rápido

(Art.27)

- São dedutíveis as importâncias despendidas pelos sujeitos passivos que desenvolvam profissões de **desgaste rápido, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida** que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice - com **o limite de cinco vezes** o valor do IAS **2402,15€** ($480,43 \times 5$) em 2023.
- Consideram-se como profissões de desgaste rápido as de praticantes desportivos, de mineiros, pescadores entre outras.

Retenção Na Fonte / Taxas

Os escalões de IRS contêm as taxas gerais de IRS que são aplicadas ao rendimento anual de cada contribuinte.

Já as tabelas de retenção na fonte contêm as taxas que serão mensalmente aplicadas ao salário ou pensão.

É por essa razão que quando entrega a declaração de IRS tem de pagar ou receber imposto.

Se tiver **retido na fonte mais** IRS do que o montante de imposto apurado por aplicação das taxas dos escalões de IRS, tem direito a ser reembolsado.

Se tiver **retido menos** (ou mesmo nada) terá IRS a entregar ao Estado.

Tabelas gerais

(Art. 68)

| Rendimento coletável (euros) | Taxas | |
|------------------------------|----------|--------------------------|
| | Normal A | Parcela a abater (euros) |
| Até 7.479 | 14,50% | 0,00 |
| De mais de 7.479 até 11.284 | 21,00% | 486,14 |
| De mais de 11.284 até 15.992 | 26,50% | 1.106,73 |
| De mais de 15.992 até 20.700 | 28,50% | 1.426,65 |
| De mais de 20.700 até 26.355 | 35,00% | 2.772,14 |
| De mais de 26.355 até 38.632 | 37,00% | 3.299,12 |
| De mais de 38.632 até 50.483 | 43,50% | 5.810,25 |
| De mais de 50.483 até 78.834 | 45,00% | 6.567,33 |
| Superior a 78.834 | 48,00% | 8.932,68 |

Tabelas artigo 68º irs

| Rendimento coletável (euros) | Taxas | |
|------------------------------|----------|--------------------------|
| | Normal A | Parcela a abater (euros) |
| Até 7.479 | 14,50% | 0,00 |
| De mais de 7.479 até 11.284 | 21,00% | 486,14 |
| De mais de 11.284 até 15.992 | 26,50% | 1.106,73 |
| De mais de 15.992 até 20.700 | 28,50% | 1.426,65 |
| De mais de 20.700 até 26.355 | 35,00% | 2.772,14 |
| De mais de 26.355 até 38.632 | 37,00% | 3.299,12 |
| De mais de 38.632 até 50.483 | 43,50% | 5.810,25 |
| De mais de 50.483 até 78.834 | 45,00% | 6.567,33 |
| Superior a 78.834 | 48,00% | 8.932,68 |

Retenção na Fonte

(Art. 99)

As entidades devedoras são **obrigadas a reter o imposto** no momento do pagamento os rendimentos de trabalho dependente ou pensões, com exceção das pensões de alimentos.

A solicitar ao sujeito passivo, no início do exercício de funções ou antes de ser efetuado o primeiro pagamento (**processamento salarial**) , os dados indispensáveis relativos à sua situação pessoal e familiar;

A apresentar declaração à entidade **patronal** contendo a informação a que se refere a alínea anterior, bem como qualquer outra informação fiscalmente relevante ocorrida posteriormente.



Declaração (Art.99)

Esta declaração destina-se a facilitar o cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 99º do Código do IRS.

- Deverá ser entregue pelas pessoas singulares **que auferam rendimentos de trabalho e ou/pensões**, à respetiva entidade pagadora(**empregadora**) de forma a possibilitar a retenção do imposto de harmonia com as correspondentes tabelas de retenção.

Declaração 99 (artigo 99 de IRS)

- Não sendo comunicada à entidade devedora dos rendimentos a situação pessoal e familiar do titular, aquela fica obrigada a efetuar a retenção de acordo com a tabela aplicável aos **sujeitos passivos não casados sem dependentes**.

Nota: Antes de preencher leia atentamente as [instruções no verso](#)

DECLARAÇÃO
(Art.º 99º do Código do IRS)

| | | | | | | | | | | |
|---|-------------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 | CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO | | | | | | | | | |
| | 1ª Declaração | <input type="checkbox"/> | De alterações | <input type="checkbox"/> | Quadros alterados | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

| | | | | | | | | | | |
|------|---|--|--|--|--|--|--|--|----------------------------|--|
| 2 | IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE – (Titular de rendimentos de trabalho dependente) | | | | | | | | | |
| NOME | | | | | | | | | Nº de Identificação fiscal | |
| | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|--|--|--|------------------------|--|---|--|--|--|
| 3 | DOMICÍLIO FISCAL | | | | | | | | | |
| Rua. Praça. Av. _____ | | | | | N.º _____ | | Andar _____ | | | |
| Localidade _____ | | | | | Cód.Postal | | <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> | | - <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> | |
| Serviço de Finanças/Bairro Fiscal _____ | | | | | Código Serv. Fin./B.F. | | <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> | | | |

| | | |
|--|---------------------|--------------------------|
| 4 | ESTADO CIVIL | |
| Casado e não separado judicialmente de pessoas e bens ou unido de facto..... | | <input type="checkbox"/> |
| Outro..... | | <input type="checkbox"/> |

| | | | | | | | | | | |
|------|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|----------------------------|--|
| 5 | IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE | | | | | | | | | |
| NOME | | | | | | | | | Nº de Identificação fiscal | |
| | | | | | | | | | | |

| 6 | RELAÇÃO DOS DEPENDENTES – (Art. 13º do Código do IRS) | | | | | | | | | | | | |
|------|--|--|--|-----------------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| NOME | Data de Nascimento | | | NIF BI CP | Nº de Identificação fiscal N.º do Bilhete de Identidade N.º da Cédula Pessoal | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |

Mínimo de existência

Art.º 70º

O mínimo de existência diz respeito ao montante de rendimentos ganhos por um cidadão que **esteja isento de IRS.**

Em 2023, o mínimo de existência fixou-se em 10 640 euros,

Isto significa que só a partir de um destes limites mínimos de rendimentos é que os cidadãos com trabalho dependente, pensionistas, e trabalhadores independentes passam a pagar IRS.

O que se pretende com o mínimo de existência é garantir que todos os contribuintes têm à sua disposição um determinado rendimento líquido sobre o qual não incide imposto, e que pode ser utilizado para assegurar um **nível mínimo de subsistência familiar.**

Mínimo de existência

Art.º 70º

O mínimo de existência de IRS está previsto no artigo 70.º do Código do IRS, devendo resultar da seguinte fórmula:
 $1,5 \times 14 \times \text{IAS}$.

O valor de referência do mínimo de existência é igual ao maior valor entre 10.052,70 e $1,5 \times 14 \times \text{IAS}$

É isto que está determinado na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro de 2022, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Em 2023, o mínimo de existência fixa-se nos 10.640 euros também por refletir o aumento do salário mínimo para os 760 euros ($14 \times 760 = 10.640$), mas nos anos que se seguem "a atualização vai ser feita de acordo com a evolução do IAS"

O Indexante de Apoios Sociais (IAS), em vigor em 2023 Segundo a Portaria nº298/2022, de 16 de dezembro, para 2023 o valor do IAS é de 478,70 euros.

Deste modo, pela aplicação da fórmula acima, o mínimo de existência seria de $1,5 \times 14 \times 478,70 = 10,052,70\text{€}$ euros.

Mínimo de existência

Art.º 70º

- O IAS tem impacto direto nas **prestações atribuídas pela Segurança Social** mas também se envolve em temas como atribuição de bolsas de estudo ou taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde. O **tipo de apoios sociais** que mais se deixam influenciar pelo valor anual do IAS são:
 - Subsídio de desemprego
 - Pensões de velhice
 - Pensões de invalidez
 - Pensões de sobrevivência
 - Subsídio de doença
 - Prestações por morte / despesas de funeral
 - Abono de família
- Mínimo de existência (determinação se o contribuinte está ou não isento de pagamento de IRS)

Quociente familiar (Artº69)

Segundo a qual para definição da taxa de IRS a aplicar ao casal devem ser considerados apenas metade dos seus rendimentos.

Isto quer dizer que para descobrirmos quanto IRS um casal vai pagar ao fazer o IRS conjunto, é preciso dividir o rendimento coletável do casal por 2 e aplicar a taxa correspondente ao resultado dessa divisão.

Os dependentes **não** fazem parte do quociente familiar, sendo este sempre 1 ou 2, independente do numero de dependentes.

Exercício

O Luis e o Catarina são casados e ambos são trabalhadores dependentes.

Depois de subtraída a dedução específica da categoria A (€ 4.014 por cada um), têm os seguintes rendimentos:

A Catarina: € 17.500. Se fizesse o IRS sozinha a taxa a aplicar seria 21,61

O Luis: € 10.500. Se fizesse o IRS sozinho a taxa a aplicar seria 16,69%

| Escalão | Rendimento coletável | Taxa normal (%) | Taxa média (%) |
|---------|----------------------------|-----------------|----------------|
| 1.º | até 7.479 € | 14,5 | 14,5 |
| 2.º | + de 7.479 € até 11.284 € | 21 | 16,692 |
| 3.º | + de 11.284 € até 15.992 € | 26,5 | 19,579 |
| 4.º | + de 15.992 € até 20.700 € | 28,5 | 21,608 |
| 5.º | + de 20.700 € até 26.355 € | 35 | 24,482 |
| 6.º | + de 26.355 € até 38.632 € | 37 | 28,460 |
| 7.º | + de 38.632 € até 50.483 € | 43,5 | 31,991 |
| 8.º | + de 50.483 € até 78.834 € | 45 | 36,669 |
| 9.º | + de 78.834 € | 48 | - |

Resolução de Exercício

Decidiram fazer o IRS em conjunto:

Somam os rendimentos

$$17.500 + € 10.500 = € 28.000$$

Dividem a soma por 2

$$28.000 : 2 = \text{€ } 14.000$$

**Aplicam a taxa correspondente a € 14.000€, que
é 19,58%**

| Escalão | Rendimento coletável | Taxa normal (%) | Taxa média (%) |
|---------|----------------------------|-----------------|----------------|
| 1.º | até 7.479 € | 14,5 | 14,5 |
| 2.º | + de 7.479 € até 11.284 € | 21 | 16,692 |
| 3.º | + de 11.284 € até 15.992 € | 26,5 | 19,579 |
| 4.º | + de 15.992 € até 20.700 € | 28,5 | 21,608 |
| 5.º | + de 20.700 € até 26.355 € | 35 | 24,482 |
| 6.º | + de 26.355 € até 38.632 € | 37 | 28,460 |
| 7.º | + de 38.632 € até 50.483 € | 43,5 | 31,991 |
| 8.º | + de 50.483 € até 78.834 € | 45 | 36,669 |
| 9.º | + de 78.834 € | 48 | - |

Dispensa de apresentação de declaração

Art.58º

A dispensa de apresentação de declaração não impede os sujeitos passivos de, querendo, apresentarem declaração de rendimentos nos termos gerais.

Nos casos em que os sujeitos passivos optem pela não entrega da declaração por reunirem as condições enumeradas nos números anteriores, a Autoridade Tributária e Aduaneira certifica, a pedido do sujeito passivo, sem qualquer encargo para este.

Categoria A

Dispensa de apresentação de declaração

Art.58º

Estão dispensados da apresentação da declaração modelo 3, os sujeitos passivos que, durante o ano, apenas tenham auferido, isolada ou cumulativamente, os seguintes rendimentos (artigo 58.º do Código do IRS):

a) Rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, quando não sejam objeto de opção pelo englobamento nos casos em que é legalmente permitido;

b) Rendimentos de trabalho dependente ou pensões, de montante total igual ou inferior a € 8 500,00 e estes não tenham sido sujeitos a retenção na fonte. Tratando-se de pensões de alimentos enquadráveis no n.º 9 do artigo 72.º do Código do IRS, a dispensa de entrega da declaração só é aplicável se o respetivo montante não exceder

€ 4 104,00.

Categoria A

Dispensa de apresentação de declaração

Art.58º

Ficam igualmente dispensados de apresentar a declaração modelo 3 os sujeitos passivos que, durante o ano:

- a) Auferam subsídios ou subvenções no montante **inferior a 4 vezes o valor do IAS (€ 1 772,80)**, desde que, simultaneamente, apenas auferam outros rendimentos tributados pelas taxas previstas no artigo 71.º do Código do IRS e/ou rendimentos do trabalho dependente e ou pensões cujo montante não exceda, isolada ou cumulativamente, € 4 104,00;
- b) Realizem atos isolados de montante **inferior a 4 vezes o valor do IAS (€ 1 772,80)**, desde que não auferam outros rendimentos ou apenas auferam rendimentos tributados pelas taxas liberatórias.

Categoria H- Pensões (Art.11)



Categoria H- Pensões (Art.11)

Consideram-se pensões:

As prestações devidas a título de pensões de reforma, velhice, invalidez ou sobrevivência, bem como outras de idêntica natureza e ainda as pensões de alimentos;

As prestações a cargo de companhias de seguros, fundos de pensões, ou quaisquer outras entidades, devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social em razão de contribuições da entidade patronal.


Deduções Categoria H Art.º 53º

€ 4.104 dedução específica

As quotizações sindicais, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, **1 % do rendimento bruto** desta categoria, sendo acrescidas de 100%;

As contribuições obrigatórias para regimes de **proteção social e para subsistemas legais de saúde**, na parte que exceda o montante da dedução (€4104).


Deduções à coleta (Art.78º)



Despesas Gerais Familiares

250,00 €


As suas despesas registadas neste setor totalizam 11.209,02 €.



Saúde

116,25 €


As suas despesas registadas neste setor totalizam 775,02 €.



Educação

146,00 €


As suas despesas registadas neste setor totalizam 486,66 €.



Habitação

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Lares

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Reparação de Automóveis

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Reparação de Motociclos

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Restauração e Alojamento

6,41 €


As suas despesas registadas neste setor totalizam 442,00 €, tendo resultado num total de 42,74 € de IVA.



Cabeleireiros

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Atividades Veterinárias

0,00 €


Não tem despesas registadas para este setor.



Transportes públicos coletivos

0,00 €

Não tem despesas registadas para este setor.



Ginásios

0,00 €

Deduções à coleta(Art.78º)

À coleta são efetuadas, as seguintes deduções relativas:

- **Aos dependentes do agregado familiar e aos ascendentes que vivam em comunhão de habitação com o sujeito passivo;**
- Às despesas gerais familiares;**
- Despesas de saúde e com seguros de saúde;**
- Despesas de educação e formação;**
- Aos encargos com imóveis;**
- Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;**
- À exigência de fatura;**
- Aos encargos com lares;**
- Às pessoas com deficiência;**
- À dupla tributação internacional;**
- Aos benefícios fiscais;**

Limites de dedução à coleta

- Nas **despesas gerais e familiares pode deduzir 35%** dos seus encargos até ao **limite de 250 euros**. No caso de ser uma família monoparental, cada membro pode deduzir até 45% das suas despesas até ao limite de 335 euros.
- Despesas de **educação e formação**: nesta categoria é possível **deduzir 30% dos encargos até ao limite de 800 euros**. Mas, caso existam **estudantes deslocados** que tenham até 25 anos e estudem a mais de 50 km da residência do agregado familiar, **o limite passa a 1.000 euros**. Contudo, **os 200 euros a mais devem ser referentes a encargos com rendas**.
- Despesas de **saúde e encargos seguros de saúde**: é possível **deduzir 15% das despesas até ao limite de 1.000 euros**.
- **Encargos com imóveis**: A dedução tem o **limite de 15% até ao limite de 502 euros relativamente a rendas** ou de 296 euros relativos a juros de empréstimos de contratos que tenham sido realizados até ao final de 2011.
- Nas **despesas com lares é possível deduzir 25% dos encargos até ao limite de 403,75 euros**.
- Por fim, existe a categoria de **exigência de faturas, onde o limite máximo é de 250 euros, sendo dedutível 15% do IVA suportado**. No caso dos encargos com transportes públicos a dedução é de 100% do IVA e nos medicamentos de uso veterinário de 35%.

Para consulta

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/IRS_folheto_2023.pdf

Anexo A

Trabalho dependente e Pensões

Destina-se a declarar os rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e de pensões (categoria H), tal como são definidos, respetivamente, nos artigos 2.º e 11.º do Código do IRS.

Anexo A

Trabalho dependente e Pensões

Anexos
Rosto
Anexo A
Gravar
Validar
Simular
Ajudas
Imprimir
Entregar

2 Ano dos Rendimentos
3 Identificação do(s) Sujeito(s)
4 Rendimentos do Trabalho D...
5 Rendimentos de Anos Anteri...

4 Rendimentos do Trabalho Dependente e/ou Pensões Obtidos em Território Português

A Rendimentos / Retenções / Contribuições Obrigatórias / Quotizações Sindicais / Contratos de Pré-Reforma / Informações Complementares

| | NIF da Entidade Pagadora | Código dos Rendimentos | Titular | Rendimentos | Retenções na Fonte | Contribuições | Retenção S |
|---|--------------------------|---|---------------|-------------|--------------------|---------------|------------|
| 1 | 510394183 | 401 - Trabalho dependente -... | A - 244553440 | 12 852,00 € | 1 362,00 € | 1 413,72 € | |
| 2 | 253154456 | 401 - Trabalho dependente -... | 1129966 | 5 580,00 € | | | |
| <div> + Adicionar Linha Expandir </div> | | | | | | | |
| | | 401 - Trabalho dependente -... 402 - Gratificações não ... 403 - Pensões (com excep... 404 - Pensões de sobrevi... 405 - Pensões de aliment... 406 - Rendas temporárias... 407 - Pré-Reforma - Regi... 408 - Compensações e sub... | | | | | |
| Soma de Controlo | | 18 432,00 € | 1 362,00 € | 1 413,72 € | 0,00 € | 0,00 € | |

Anexo A

Pensão de Alimentos

Ambos os progenitores devem declarar a pensão de alimentos na declaração de IRS, mas em anexos distintos.

O progenitor que **recebe** pensão de alimentos tem de declará-la como rendimento. Para tal, deve preencher o quadro 4 – A do Anexo A de acordo com os seguintes passos:

No campo “NIF da Entidade Pagadora”, inserir o Número de Identificação Fiscal (NIF) do progenitor que paga a prestação alimentícia.

Selecionar o código 405 no campo “Código dos Rendimentos”.

No campo “titular”, selecionar o NIF do filho a quem é paga a prestação.

Inserir o valor recebido a título de pensão de alimentos.

Anexo A

Pensão de Alimentos

Quem recebe pensão de alimentos **pode optar pelo englobamento** ou pela tributação autónoma desse rendimento;

Ao optar pelo englobamento na declaração anual de IRS, o contribuinte tem direito à dedução de **4104 euros**;

Este é o valor abatido ao total da pensão de alimentos recebida, diminuindo a sua tributação;
Neste caso a tributação é feita consoante os rendimentos brutos do contribuinte (os escalões do IRS).

Anexo A

Pensão de Alimentos

Anexos ▾

Rosto

Anexo A

Gravar

Validar

Simular

Ajudas

Imprimir

Entregar →

2 Ano dos Rendimentos

3 Identificação do(s) Sujeito(s)...

4 Rendimentos do Trabalho D...

5 Rendimentos de Anos Anteri...

4 Rendimentos do Trabalho Dependente e/ou Pensões Obtidos em Território Português

A Rendimentos / Retenções / Contribuições Obrigatórias / Quotizações Sindicais / Contratos de Pré-Reforma / Informações Complementares

| | NIF da Entidade Pagadora | Código dos Rendimentos | Titular | Rendimentos | Retenções na Fonte | Contribuições | Retenção S |
|---|--------------------------|-------------------------------------|---------------|-------------|--------------------|---------------|------------|
| 1 | 510394183 | 401 - Trabalho dependente - Rendime | A - 244553440 | 12 852,00 € | 1 362,00 € | 1 413,72 € | |
| 2 | 253154456 | 405 - Pensões de alimentos | A - 244553440 | 5 580,00 € | | | |

+ Adicionar Linha

Expandir

| | Rendimentos | Retenções na Fonte | Contribuições | Retenção Sobretaxa | Quotizações Sindicais |
|------------------|-------------|--------------------|---------------|--------------------|-----------------------|
| Soma de Controlo | 18 432,00 € | 1 362,00 € | 1 413,72 € | 0,00 € | 0,00 € |

Se declarou pensões de alimentos (código de rendimentos 405), opta pelo seu englobamento?

01

☐ Sim

02

☐ Não

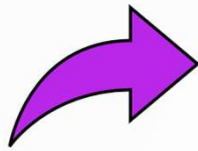


Anexo A

Pensão de Alimentos

Opção englobamento

Rendimentos
trabalho
dependente:
12852€



Rendimentos de
pensões: 5580€



| | | | |
|-------------------------------------|-------------|--------------------------------------|------------|
| Rendimento global | 18.432,00 € | Excesso limite do quociente familiar | 0,00 € |
| Deduções específicas | 8.208,00 € | Imposto de tribut. autónomas | 0,00 € |
| Perdas a recuperar | 0,00 € | Coleta total | 1.921,10 € |
| Acréscimos ao rendimento | 0,00 € | Deduções à coleta | 519,35 € |
| Rendimento Coletável | 10.224,00 € | Benefício Municipal | 0,00 € |
| Q. de rend. de anos anteriores | 0,00 € | Acréscimos à coleta | 0,00 € |
| Rend. Isentos suj. a englob. | 0,00 € | Coleta líquida | 1.401,75 € |
| Rend. para determ. de taxas | 10.224,00 € | Retenções na fonte | 1.362,00 € |
| Quociente Familiar | 1,00 | Pagamentos por conta | 0,00 € |
| Taxa | 28,50 % | Sobretaxa: | |
| Importância apurada | 2.913,84 € | Rendimento | 0,00 € |
| Parcela a abater | 992,74 € | Crédito | 0,00 € |
| Imposto de rend. de anos anteriores | 0,00 € | Deduções | 0,00 € |
| Imposto de rendimentos isentos | 0,00 € | Retenções na fonte | 0,00 € |
| Taxa adicional | 0,00 € | Cálculo sobretaxa | 0,00 € |

Valor a pagar

39,75 €

Anexo A – Pensão de Alimentos – Tributação autónoma

Quem optar pela tributação autónoma também goza da dedução de 4104 euros;

Nesta situação aplica-se a seguinte fórmula: (valor da pensão recebida – 4104 euros) x 20%

Exemplo para uma pensão de 5580 euros:

$$(5580 \text{ euros} - 4104 \text{ euros}) \times 20\% = 295,20\text{€}$$

Anexo A –Pensão de Alimentos – Tributação autónoma

| | | | |
|-------------------------------------|-------------|--------------------------------------|------------|
| Rendimento global | 12.852,00 € | Excesso limite do quociente familiar | 0,00 € |
| Deduções específicas | 4.104,00 € | Imposto de tribut. autónomas | 295,20 € |
| Perdas a recuperar | 0,00 € | Coleta total | 1.795,64 € |
| Acréscimos ao rendimento | 0,00 € | Deduções à coleta | 519,35 € |
| Rendimento Coletável | 8.748,00 € | Benefício Municipal | 0,00 € |
| Q. de rend. de anos anteriores | 0,00 € | Acréscimos à coleta | 0,00 € |
| Rend. Isentos suj. a englob. | 0,00 € | Coleta líquida | 1.276,29 € |
| Rend. para determ. de taxas | 8.748,00 € | Retenções na fonte | 1.362,00 € |
| Quociente Familiar | 1,00 | Pagamentos por conta | 0,00 € |
| Taxa | 28,50 % | Sobretaxa: | |
| Importância apurada | 2.493,18 € | Rendimento | 0,00 € |
| Parcela a abater | 992,74 € | Crédito | 0,00 € |
| Imposto de rend. de anos anteriores | 0,00 € | Deduções | 0,00 € |
| Imposto de rendimentos isentos | 0,00 € | Retenções na fonte | 0,00 € |
| Taxa adicional | 0,00 € | Cálculo sobretaxa | 0,00 € |

Valor a receber

85,71 €

Trabalho dependente:
12.852€

Pensão Alimentos:
5.580€

Tributação
Autónoma:295,20€

Anexo H – Pensão de Alimentos

Por sua vez, o **progenitor que paga** pensão de alimentos tem de declará-la como despesa. Deve fazê-lo no **quadro 6 – A do Anexo H**, seguindo os seguintes passos:

- No campo “NIF do Beneficiário das Pensões”, inserir o NIF do filho a quem foi paga a prestação alimentícia.
- Inserir o valor pago a título de pensão de alimentos no campo “Valor da Pensão por Beneficiário”. Esse valor não pode exceder o que consta na sentença judicial ou no acordo homologado. Além disso, o seu pagamento tem de estar devidamente comprovado.

Anexo H –Pensão de Alimentos

Anexos ▾

Rosto

Anexo H

2 Ano dos Rendimentos

3 Identificação do(s) Sujeito(s)...

4 Rendimentos Isentos Sujeit...

5 Rendimentos da Propriedad...



6 Deduções à Coleta

7 Informação Relativa a Desp...

8 Acréscimos por Incumprime...

6 Deduções à Coleta

A Pensões de Alimentos (art. 83.º-A do CIRS)

| | NIF do Beneficiário das Pensões | Valor da Pensão por Beneficiário | |
|---|---------------------------------|----------------------------------|---|
| 1 | | |  |
|  Adicionar Linha | | | |

Cálculo IRS

| | |
|------------|---|
| | Rendimento bruto de cada categoria |
| (-) | Deduções específicas |
| (=) | Rendimento líquido de cada categoria |
| (-) | Dedução de perdas |
| (=) | Rendimento coletável |
| (÷) | Quociente conjugal |
| (x) | Taxa IRS |
| (-) | Parcela a abater |
| (x) | Quociente conjugal |
| (=) | Coleta |
| (-) | Deduções à coleta (inclui benefícios fiscais) |
| (=) | IRS liquidado |
| (-) | Ret. na fonte + Pag. p/ conta |
| (=) | IRS (pagar/recuperar) |

Como ler a nota de liquidação de IRS

| Demonstração da Liquidação | | | | × |
|--------------------------------------|---|-------------|---|-----------------------------------|
| Rendimento global | Quanto ganha (valor bruto) | 18.841,84 € | Coleta total | 3.164,20 € |
| Deduções específicas | A AT faz a conta: Está na lei | -4.256,10 € | Deduções à coleta Saúde, educação, IVA, etc | -1.622,98 € |
| Rendimento Coletável | | 14.585,74 € | Benefício Municipal | Depende do seu município -18,49 € |
| Q. de rend. de anos anteriores | | 0,00 € | Coleta líquida | 1.522,72 € |
| Rend. para determ. de taxas | | 14.585,74 € | Retenções na fonte | Quanto reteve na fonte 2.250,00 € |
| Quociente Familiar | Se entregar em conjunto em vez de 1,0 passa a 2,0 | 1,00 | Pagamentos por conta | 0,00 € |
| Taxa | | 28,50 % | Sobretaxa: | |
| Importância apurada | $14.585,74 \times 28,4\% =$ | 4.156,94 € | Rendimento | 0,00 € |
| Parcela a abater | Diferença entre escalões | -992,74 € | Crédito | 0,00 € |
| Imposto de rend. de anos anteriores | | 0,00 € | Deduções | 0,00 € |
| Taxa adicional | | 0,00 € | Retenções na fonte | 0,00 € |
| | | | Cálculo sobretaxa | 0,00 € |
| | | | | A Receber |
| Retenção na fonte - Coleta líquida = | | | | 727,28 € |
| | | | | IMPRIMIR |
| | | | | FECHAR |

- Quem tem o IRS Automático tem a possibilidade **ANTES** de entregar a declaração de ver com detalhe se está tudo bem com os seus dados e dos seus filhos. Clique em “Nota de Liquidação”.
- Vão aparecer valores semelhantes a estes.

Rendimentos, Retenções e Despesas



Rendimentos e Retenções

Rendimentos

| | | |
|--------------------------------|-------------|---|
| Trabalho dependente | 18 841,84 € | - |
| Imposto Retido | | |
| Trabalho dependente | 2 250,00 € | - |
| Contribuições Obg. Seg. Social | 2 726,50 € | - |
| Quotizações Sindicais | 101,40 € | - |

[Ver detalhe](#)

Despesas para deduções à coleta

| | | |
|--|------------|------------|
|  Despesas gerais familiares | 7 053,48 € | 70,00 € |
|  Saúde e seguros de saúde | 1 308,19 € | 1 574,72 € |
|  Educação e formação | 91,50 € | 2 348,13 € |
|  Encargos com imóveis | 0,00 € | 0,00 € |
|  Encargos com lares | 0,00 € | 0,00 € |
|  Exigência de Fatura | 383,71 € | 0,00 € |

[Ver detalhe](#)

[Ver detalhe](#)

i Caso os dados apresentados não correspondam aos valores corretos dos rendimentos, retenções e deduções do ano deve proceder à entrega de uma declaração de IRS, modelo 3, nos termos gerais.

Categoria B - Rendimentos Empresariais e Profissionais



Artigo 3º nº1

Rendimentos de Categoria B



Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais

Trabalhador independente (TI)

- Aufere rendimentos profissionais
- A sua atividade encontra-se enquadrada por um dos códigos da tabela do art.º 151 do CIRS. Ex: contabilistas, advogados, médicos.

Empresário em Nome Individual (ENI)

- A sua atividade não se encontra enquadrada em nenhum dos códigos do art.º 151 do CIRS, desenvolve uma atividade classificada no CAE.

- https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf

Códigos da tabela do art.º 151 do CIRS

1 - Arquitectos, engenheiros e técnicos similares:

1000 Agentes técnicos de engenharia e arquitectura:

2 - Artistas plásticos e assimilados, actores e músicos:

2010 Artistas de teatro, bailado, cinema, rádio e televisão;

3 - Artistas tauromáquicos:

3010 Toureiros;

4 - Economistas, contabilistas, actuários e técnicos similares:

4013 Contabilistas;

5 - Enfermeiros, parteiras e outros técnicos paramédicos:

5010 Enfermeiros;

6 - Juristas e solicitadores:

6010 Advogados;

7 - Médicos e dentistas:

7010 Dentistas;

8 - Professores e técnicos similares:

8011 Formadores;

9 - Profissionais dependentes de nomeação oficial:

9010 Revisores oficiais de contas.

10 - Psicólogos e sociólogos:

1010 Psicólogos;

11 - Químicos:

1110 Analistas.

12 - Sacerdotes:

1210 Sacerdotes de qualquer religião.

13 - Outras pessoas exercendo profissões liberais, técnicos e assimilados:

1312 Amas;

14 - Veterinários:

1410 Veterinários.

15 - Outras actividades exclusivamente de prestação de serviços:

1519 Outros prestadores de serviços.

Momento da Tributação

Os rendimentos empresariais e profissionais ficam sujeitos a tributação desde o momento em que para efeitos de IVA seja obrigatória a emissão de fatura.

Os sujeitos passivos são obrigados a emitir uma fatura por cada transmissão de bens ou prestação de serviços. Ou desde o momento do pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares.

Formas de determinação dos rendimentos empresariais e profissionais – Art.º 28º

Com base na aplicação das regras decorrentes do **regime simplificado**;

Com base na **contabilidade organizada**



**Determinação
dos rendimentos
Empresariais e
Profissionais**

Regime
Simplificado

Contabilidade
Organizada

Aplicação
Coeficientes ao
valor dos
rendimentos

Obrigatório

Caso ultrapasse o valor
anual líquido de
200000€

- Através da
declaração de início
de atividade
Ou
- Até fim de mês de
Março- declaração de

Aplicação das Regras
estabelecidas no Código
de IRC

ANEXO B

**S/Contabilidade
Organizada**

**Sem obrigação de
ter Contabilista**

Anexo c

**Obrigatório
contabilista e
Contabilidade
Organizada**

Isenção Artigo 53º

O Regime Especial de Isenção de IVA encontra-se abrigado pelo Artigo 53.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

- Neste regime, os trabalhadores independentes e as empresas podem beneficiar de isenção de IVA quando o volume de faturação anual for inferior a 13.500 euros em 2023 e de 14,500 euros em 2024
- Nesta matéria, o **OE 2023** introduziu alterações ao artigo 53 com vista a que esse limite seja aumentado progressivamente para ser de 15.000 euros a partir de 2025.

Regime Simplificado – Art.º28º

No **exercício de início de atividade**, o enquadramento no regime simplificado faz-se, verificados os demais pressupostos, em conformidade com o **valor anual de rendimentos estimado**, constante da declaração de início de atividade, caso não seja exercida a opção pelo regime da contabilidade.

Ficam abrangidos pelo regime simplificado os sujeitos passivos que, no exercício da sua atividade, não tenham ultrapassado no período de tributação imediatamente anterior um montante anual líquido **de rendimentos desta categoria de 200 000€**.

Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado podem optar pela determinação dos rendimentos com base na contabilidade.

Regime contabilidade organizada (opção)

A opção **pelo regime da contabilidade** deve ser formulada pelos sujeitos passivos:

- Na declaração de início de atividade;
- **Declaração de Alterações** - Até ao **fim do mês de março do ano em** que pretendem alterar a forma de determinação do rendimento, mediante a apresentação de declaração de alterações.

Regime Simplificado – Art.31º - Deduções

No regime simplificado, o rendimento tributável (sobre o qual incide o IRS) obtém-se através da aplicação de **um coeficiente**, que varia em função da atividade em causa, existindo uma presunção de despesas (parcela isenta de imposto).

Isso faz com que o imposto recaia apenas sobre uma parte do rendimento bruto anual e não sobre a totalidade.

Um exemplo: no caso dos profissionais liberais, em regra, o coeficiente de tributação é de 75%, os restantes 25% correspondem a despesas presumidas.

Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais - Regime Simplificado – Art.31º

No âmbito do regime simplificado, a determinação do rendimento tributável obtém-se através da aplicação dos coeficientes ao valor dos rendimentos.

Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais - Regime Simplificado – Art.31º

Os trabalhadores independentes passaram a ter de **justificar despesas** no montante **equivalente a 15% do seu rendimento bruto anual**, para continuarem a beneficiar plenamente dos coeficientes de tributação e deduções de despesas do regime simplificado.

Em causa estão os profissionais liberais, tais como médicos, engenheiros, economistas, arquitetos e advogados, aos quais se aplica um **coeficiente de tributação de 0,75**, e outros prestadores de serviços, nomeadamente na área do alojamento local, na modalidade de moradia ou apartamento, aos quais se aplica um **coeficiente de 0,35**.

Exercício prático

Prestador de serviços de formação com rendimento anual de 29.850,00€

Rendimento Categoria B – $29.850,00\text{€} \times 0,75 = 22.387,50\text{€}$

Despesas que seriam automáticas = **$29.850,00\text{€} \times 0,25 = 7.462,50\text{€}$**

No entanto tem que justificar= $29.850,00\text{€} \times 0,15 = 4.477,50\text{€}$

Na realidade só serão automáticas = **2.985,00€**

Exercício

Em 2023, a mónica teve rendimento anual bruto de 55 mil euros proveniente da sua atividade de contabilista.

Estando em causa rendimentos de uma atividade profissional prevista na tabela anexa ao artigo 151.º do CIRS, para determinação do rendimento tributável, através do regime simplificado do IRS, aplica-se o coeficiente de 0,75.

Desta forma, **apenas 75% do rendimento anual bruto ficará sujeito a imposto**. O restante (25%) corresponderá a uma **presunção** de despesas incorridas com o exercício da atividade profissional.

Rendimento tributável

O rendimento tributável será assim de 41 250 euros (55 000 euros x 0,75). Ou seja, será sobre esse montante que incidirá o IRS. Os restantes 13 250 euros serão considerados despesas relacionadas com a atividade exercida.

Despesas a justificar

Mas para que assim seja, a mónica terá de justificar despesas no montante de 15% do rendimento anual bruto, ou seja, 8 250 euros (55 000 euros x 0,15).

Para preencher os 8 250 euros, posso utilizar a dedução específica de 4 104 euros. Assim, terá apenas de ter despesas incorridas com a atividade profissional comunicadas à AT no montante de **4 146 euros** (8 250 euros – 4 104 euros).

Se a Mónica só justificar 1 300 euros de despesas, os 2 846 euros em falta (4146 euros – 1 300 euros) serão adicionados ao seu rendimento tributável.

O rendimento tributável da Mónica passará, assim, a ser de 44 096 euros e não de 41 250 euros.

Exercício

Em 2023, a Daniel teve rendimento anual bruto de 38 600 mil euros proveniente da sua atividade de medicina.

Estando em causa rendimentos de uma atividade profissional prevista na tabela anexa ao artigo 151.º do CIRS, para determinação do rendimento tributável, através do regime simplificado do IRS, aplica-se o coeficiente de 0,75.

Desta forma, **apenas 75% do rendimento anual bruto ficará sujeito a imposto**. O restante (25%) corresponderá a uma **presunção** de despesas incorridas com o exercício da atividade profissional.

Rendimento tributável

O rendimento tributável será assim de:

Despesas a justificar

Mas para que assim seja, a mónica terá de justificar despesas no montante de 15% do rendimento anual bruto,

Para preencher os posso utilizar a dedução específica de 4 104 euros. Assim, terá apenas de ter despesas incorridas com a atividade profissional comunicadas à AT no montante de

O daniel só justificou 475 euros de despesas,

Em 2023, a mónica teve rendimento anual bruto de 55 mil euros proveniente da sua atividade de contabilista.

Estando em causa rendimentos de uma atividade profissional prevista na tabela anexa ao artigo 151.º do CIRS, para determinação do rendimento tributável, através do regime simplificado do IRS, aplica-se o coeficiente de 0,75.

Desta forma, **apenas 75% do rendimento anual bruto ficará sujeito a imposto**. O restante (25%) corresponderá a uma **presunção** de despesas incorridas com o exercício da atividade profissional.

Rendimento tributável

O rendimento tributável será assim de 41 250 euros (55 000 euros x 0,75). Ou seja, será sobre esse montante que incidirá o IRS. Os restantes 13 250 euros serão considerados despesas relacionadas com a atividade exercida.

Despesas a justificar

Mas para que assim seja, a mónica terá de justificar despesas no montante de 15% do rendimento anual bruto, ou seja, 8 250 euros (55 000 euros x 0,15).

Para preencher os 8 250 euros, posso utilizar a dedução específica de 4 104 euros. Assim, terá apenas de ter despesas incorridas com a atividade profissional comunicadas à AT no montante de **4 146 euros** (8 250 euros – 4 104 euros).

Se a Mónica só justificar 1 300 euros de despesas, os 2 846 euros em falta (4146 euros – 1 300 euros) serão adicionados ao seu rendimento tributável.

O rendimento tributável da Mónica passará, assim, a ser de 44 096 euros e não de 41 250 euros.

Exercício

Em 2023, a Daniel teve rendimento anual bruto de 38 600 mil euros proveniente da sua atividade de medicina.

Estando em causa rendimentos de uma atividade profissional prevista na tabela anexa ao artigo 151.º do CIRS, para determinação do rendimento tributável, através do regime simplificado do IRS, aplica-se o coeficiente de 0,75.

Desta forma, **apenas 75% do rendimento anual bruto ficará sujeito a imposto**. O restante (25%) corresponderá a uma **presunção** de despesas incorridas com o exercício da atividade profissional.

Rendimento tributável

O rendimento tributável será assim de 28 950 euros (38 600 000 euros x 0,75). Ou seja, será sobre esse montante que incidirá o IRS. Os restantes 9 650 euros serão considerados despesas relacionadas com a atividade exercida.

Despesas a justificar

Mas para que assim seja, a mónica terá de justificar despesas no montante de 15% do rendimento anual bruto, ou seja, 5 790 euros (38 000 euros x 0,15).

Para preencher os 5 790 euros, posso utilizar a dedução específica de 4 104 euros. Assim, terá apenas de ter despesas incorridas com a atividade profissional comunicadas à AT no montante de **1 686 euros** (5 790 euros – 4 104 euros).

O daniel só justificou 475 euros de despesas, 1 211 os euros em falta (1 686 euros – 475 euros) serão adicionados ao seu rendimento tributável.

O rendimento tributável da Mónica passará, assim, a ser de 39 811 euros e não de 38 600 euros.